



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

31/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## 25 mil perícias do INSS serão afetadas por paralisação, diz entidade

Uma paralisação dos peritos médicos do INSS marcada para esta segunda-feira (31) deve afetar 25 mil perícias agendadas, segundo estimativa da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP), que organiza a mobilização.

Os segurados afetados deverão procurar o INSS para reagendamento da perícia, diz a ANMP. As consultas não realizadas serão remarçadas e a nova data dependerá da agenda de cada agência do INSS.

As perícias médicas são exigidas pelo órgão para concessão ou prorrogação de benefícios previdenciários, como a aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença. Também são realizadas para liberar o empregado para a volta ao trabalho.

Os 25 mil atendimentos que serão afetados representam 5% das 500 mil perícias realizadas mensalmente pelo órgão, diz a associação. "Esse número de atendimentos mensais poderia chegar a 800 mil, caso a atual gestão retirasse os apadrinhados do trabalho remoto e fosse competente sob o ponto de vista gerencial", diz o presidente.

A reportagem entrou em contato com o INSS e o Ministério do Trabalho, mas não obteve retorno até a publicação do texto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 29 de janeiro.

## Governo vai fazer esforço para recompor orçamento do INSS, diz Casa Civil

Depois de o governo federal cortar R\$ 988 milhões nas verbas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Orçamento de 2022, o secretário-executivo da Casa Civil, Jônathas Castro, afirmou nesta sexta-feira, 28, que o Executivo fará "todo o esforço" para recompor a tesourada no órgão.

A gente reconhece que o corte do INSS foi substancial, não dá para negar. Mas precisa ficar uma mensagem: o governo vai fazer todo o esforço e tem um compromisso da nossa parte, da Casa Civil e do Presidente da República, de que a gente possa recompor esse orçamento do INSS ao longo do ano", disse Castro, em podcast oficial da Casa Civil.

De acordo com o secretário executivo, a pasta faz avaliações bimestrais e pode vir a remanejar o orçamento entre os órgãos. "E o nosso esforço vai ser para garantir que tudo aquilo que seja necessário para que o INSS mantenha o seu pleno funcionamento, a gente recomponha de orçamento", declarou.

Sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, o Orçamento de 2022 cortou um terço das verbas do Ministério do Trabalho e Previdência - o INSS foi o órgão mais atingido, com a perda de quase R\$ 1 bilhão. Além disso, o texto reduziu o montante reservado para investimentos ao menor nível da história, R\$ 42,3 bilhões.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 30 de janeiro.

## Trabalhadores relatam pressões para evitar licenças por Covid

A nova onda de contaminações por Covid-19 impulsionada pela variante ômicron vêm deixando desfalçadas empresas em diversos setores. Com a gravidade menor das infecções, o tempo de isolamento caiu de 14 dias para 10 dias, mas a obrigação de afastar todos aqueles que estejam contaminados ou com suspeita de contaminação continua valendo.

A regra é essa, mas o que trabalhadores de diversos setores relatam são pressões para evitar atestados, para antecipar retornos e até para continuar trabalhando, mesmo contaminados, uma vez que os quadros são mais leves.

Além disso, patrões se recusam a pagar pelos testes, segundo os empregados.

"Estamos cercados de casos positivos. O que importa é que, independentemente de não haver tantas internações ou óbitos, a primeira obrigação do empregador é cumprir a lei", diz o procurador-geral do trabalho José de Lima Ramos Pereira. "A relação trabalhista tem direitos e obrigações do empregador, e uma delas é manter o ambiente saudável e seguro."

As empresas podem ser responsabilizadas judicialmente na esfera cível pela exposição dos trabalhadores ao risco.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 31 de janeiro.

## Operações da Polícia Federal contra trabalho escravo crescem 470% em 2021

Dados consolidados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na última semana, por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, mostram que o número de operações abertas pela Polícia Federal para resgatar trabalhadores em condições análogas à escravidão aumentou 470% em 2021 em relação ao ano anterior. Foram 47 ações ao longo do ano passado ante 10 operações em 2020.

O balanço mostra que as investigações sobre tráfico de pessoas para trabalho escravo também saltaram de 44 em 2020 para 81 em 2021, acréscimo de 84%.

Ao todo, 732 trabalhadores foram resgatados até o dia 9 de dezembro a partir de operações da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. Em 2020, este número foi de 419 pessoas.

O trabalho escravo é definido pelo artigo 149 do Código Penal como aquele que coloca o trabalhador em situação de cerceamento de liberdade, condições degradantes, jornada exaustiva ou servidão por dívida. Denúncias podem ser encaminhadas por telefone no Disque 100 e pela internet no Ministério da Economia e no Ministério Público do Trabalho.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 31 de janeiro.

## Nível dos reservatórios do Sudeste deve subir de 40% para 54% entre janeiro e fevereiro, diz ONS

Os reservatórios de hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, principal subsistema do país, devem atingir 54% de sua capacidade em fevereiro, versus projeção de 40,6% para o fim de janeiro, segundo boletim do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) divulgado nesta sexta-feira (28).

A tendência de recuperação dos lagos deverá ocorrer com chuvas no Sudeste/Centro-Oeste estimadas em 96% da média histórica em fevereiro, após bom volume de precipitações registrado já no primeiro mês do ano.

O ONS também prevê que as chuvas superem a média histórica no Nordeste (167%) e Norte (124%) para o mês de fevereiro.

Com relação à carga de energia, o órgão estimou um aumento de 2,8% no Brasil em fevereiro. Na última previsão para janeiro, a expectativa era de que a carga encerrasse o mês com queda de 0,7%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 29 de janeiro.

## Brasil não está preparado para destruição de trabalhos pela Covid

Diversos relatórios internacionais apontavam crescimento expressivo das áreas ligadas à tecnologia da informação e algumas dessas mudanças já acontecem no Brasil, ainda que de forma mais lenta, dada a falta qualificação para as áreas mais demandadas, diz Janaína Feijó, pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV/Ibce (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas).

"O Brasil continua tendo um mercado de trabalho fragilizado, e a retomada após o baque causado pela pandemia tem se dado pela volta do trabalho informal e a manutenção do desemprego elevado. Embora a desocupação deva cair aos poucos, o quadro ainda é muito preocupante", diz.

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, a desocupação do trimestre encerrado em novembro era de 11,6%. A taxa teve uma leve queda, mas os dados também mostram que a renda real dos trabalhadores voltou a cair na média, para R\$ 2.444.

Feijó colaborou em um estudo publicado no ano passado, que avaliou as ocupações que devem emergir nos próximos anos. Pelo levantamento, a classificação "Outros Vendedores", que inclui vendedores remotos, a domicílio e por telefone, deve mais que dobrar entre 2019 e 2029, passando de 3,27% dos postos de trabalho para 11,84%.

Por outro lado, é esperada uma leve queda entre os vendedores de lojas físicas (de 7,43% para 7,1%) e de trabalhadores domésticos e auxiliares de limpeza em escritórios (de 7,85% para 5,68%).

"A tecnologia traz novas oportunidades de ocupações e a tendência é crescer a demanda por trabalhadores na chamada economia verde, na engenharia e na computação em nuvem. O país precisa, no entanto, estar pronto para aproveitar isso", diz Feijó.

Segundo pesquisa exclusiva da GPTW, a pandemia, de fato, modificou a percepção que os trabalhadores têm de seu ambiente profissional. A saúde mental passou a ser mais importante para 80% dos entrevistados, ao mesmo tempo 52,8% disseram que a política de benefícios da empresa não sofreu alterações.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 31 de janeiro.